

ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO MÉDIO E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA

Jubenaide de Paiva Nunes

Bruno Alves de Sousa

RESUMO:

Incluir é termos a capacidade de entender, reconhecer e aceitar o outro com suas diferenças e limitações, abrindo caminhos para uma convivência com respeito e igualdade. Tendo em vista a crescente demanda de alunos com deficiência nos espaços escolares, o trabalho tem como objetivo analisar a atuação do professor de educação especial no contexto do ensino médio para inclusão de tais alunos em sala de aula. O locus é uma escola pública estadual de Natal-RN. A pesquisa é de natureza qualitativa, a fim de se obter um maior conhecimento da docência em relação à inclusão. A pesquisa bibliográfica tem como marco teórico: Sassaki (2006) e Mantoan (2003). Na pesquisa documental, faz-se um levantamento de Políticas Públicas de Inclusão no Brasil (leis, decretos e portarias). Por fim, recorre-se a “escrevicências” (SOUSA, 2020): relato da experiência do ponto de vista da professora dentro da sala de aula no acompanhamento de alunos com necessidades específicas. Os resultados apontam que profissionais do ensino regular não têm muito interesse por atividades com esse público, alegando falta de formação. Além disso, nota-se carência de recursos materiais para abarcar os diferentes perfis. Diante disso, percebe-se a necessidade de melhorar a prática educativa inclusiva nas escolas. Professores precisam de maior interesse por esse público. Ademais, deve haver um profissional da educação especial para acompanhá-los. A própria instituição, desde o porteiro até a gestão, deve estar preparada para receber as mais variadas especificidades.

Palavras-chave: Educação especial; Escola pública; Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Incluir é termos a capacidade de entender, reconhecer e aceitar o outro com suas diferenças e limitações, abrindo caminhos para uma convivência com respeito e igualdade. O presente artigo tem como principal objetivo analisar a atuação de um professor de educação especial dentro da sala de aula regular, no contexto do ensino médio, acompanhando alunos com necessidades especiais para promoção de inclusão no ambiente escolar.

É cada vez mais crescente a demanda de alunos com deficiência nos espaços escolares. Com o advento da educação especial no mundo e sua recepção no Brasil, essa modalidade tem se mostrado relevante para o desenvolvimento dessas pessoas, principalmente no quesito inclusão.

Segundo a Declaração de Salamanca, proferida em 1994, a expressão “necessidades educativas especiais” compreende “todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares”, de tal maneira que se incluem “crianças com deficiência ou superdotados”, além de outros grupos minoritários (Unesco, 1994, p.6). Essa resolução das Nações Unidas tratou dos princípios, da política e da prática em Educação Especial.

No Brasil, a Lei nº 9.394/96, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foi promulgada em 1996 e dedica um capítulo exclusivamente voltado à Educação Especial. De pronto, ela destaca que tal modalidade será “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 1996).

Além disso, a legislação nacional prevê serviços de apoio especializado para esse público na própria rede, quando não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular, em função de peculiaridades desses alunos. A regra, pois, é a inclusão com integração.

Nesse sentido, o trabalho está organizado da seguinte forma. O tópico de Desenvolvimento divide-se em três seções.

Na seção de Metodologia, explicamos os procedimentos metodológicos adotados no presente trabalho.

Na seção de Referencial Teórico, abordamos alguns autores usados ao longo do artigo: Sassaki (2006) e Mantoan (2003). Dar-se-á ênfase à história da educação especial no mundo e no Brasil, seus conceitos e sua importância para o desenvolvimento de pessoas com deficiências, principalmente no quesito inclusão.

Além disso, faremos um levantamento das leis, decretos e portarias voltadas para as pessoas com deficiências, para serem mais respeitadas e incluídas na sociedade. Essa pesquisa documental consiste num levantamento de Políticas Públicas de Inclusão no Brasil, recontando uma breve história da Educação Inclusiva. Essas legislações no plano internacional e nacional são pontos de partida fundamentais para a promoção de políticas de inclusão de alunos com deficiência no espaço escolar.

Na seção de Resultados/Discussões, fazemos um relato da experiência do ponto de vista da professora dentro da sala de aula no acompanhamento de alunos com necessidades específicas. Expomos as angústias e expectativas da docência em relação à inclusão dentro da escola, como também investigamos as dificuldades dos alunos com deficiência na escola e,

por fim, uma análise sobre a prática pedagógica dos professores. Dando continuidade, fazemos um relato de como aconteceu uma experiência de inclusão escolar.

E na última seção, trataremos das considerações finais, esclarecendo a importância e eficácia deste trabalho no que se refere à inclusão. Não só na sala de aula, mas o aluno deve ser incluído desde o momento que chega à escola, cabendo à comunidade escolar fazer esse direito valer e o professor da educação especial tem uma contribuição relevante.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

Do ponto de vista metodológico, fizemos uma revisão bibliográfica não sistemática, de modo a focar os estudos sobre Inclusão no Brasil, para compreender aspectos da educação especial, numa pequena escala. Vale-se a partir de vários autores,, entre os quais destacamos Sassaki (2006) e Mantoan (2003).

Paralelamente, realizamos um levantamento das leis e decretos voltados para as pessoas com deficiências, para serem mais respeitadas e incluídas na sociedade. Procuramos estudar o processo da educação especial no Brasil, onde fizemos um pequeno relato de como se deu até os dias atuais.

Posteriormente, recorremos às escrevicências (SOUSA, 2020), relatando a experiência do ponto de vista de uma docente de educação especial que atua dentro da sala de aula regular, no acompanhamento de alunos com necessidades específicas.

Articulamos passagens da trajetória da educadora, do que a impulsionou a ser professora, principalmente na área da Educação Especial, buscando desenvolver um trabalho na área da inclusão com seus alunos. Enfim, investigamos as dificuldades dos alunos com deficiência na escola e analisamos a prática pedagógica dos professores regulares, observando do ponto de vista de uma professora de educação especial.

Por se tratar de menores de idade, optamos por usar números em alusão aos estudantes. Dessa forma, o recurso do anonimato preserva também suas individualidades.

Toda essa pesquisa é feita com alunos de uma escola pública situada no município de Natal-RN, considerada referência em receber alunos com necessidades especiais. Optamos por não nomear a escola, uma vez que o relato das situações é mais

importante do que a identificação. Os registros observados pela pesquisadora no curso de sua prática profissional é que devem ser privilegiados no trabalho.

2.2 Referencial Teórico

2.2.1 Educação especial no Brasil

No Brasil, até a década de 1950, praticamente não se falava em Educação Especial, começando a ser praticada por volta da metade do século XIX. Contudo, precisamente em 1970, deu-se início a uma discussão mais acirrada em relação à inclusão, fazendo com que os governos começassem a criar meios, através de instituições privadas e públicas para amparar essas pessoas.

Antes, a educação brasileira era muito elitista, privando os menos favorecidos a terem acesso à escola. Os índices de analfabetismo eram muito elevados. Mesmo estando garantido por lei, através da Constituição de 1824, todos tinham direito a uma instrução mínima. Entretanto, aqueles considerados incapazes eram privados dos seus direitos políticos e conseqüentemente a escola não fazia parte da realidade deles.

Já em 1988, a Constituição Federal, no seu Art 205, destaca:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, todos tem direito à educação e cabe ao Estado e à família fazer com que esse direito aconteça, buscando o apoio da sociedade, objetivando o desenvolvimento das pessoas no seu meio como cidadãos preparados para o exercício do trabalho.

A seu turno, a Educação Inclusiva tem como característica uma política voltada para a justiça social que alcança alunos com deficiência. Nesse sentido, o conceito mais amplo é o da Declaração de Salamanca, que aponta a premência do estabelecimento de uma escola adequada às necessidades de todos os alunos, com ou sem deficiência. (UNESCO, 1994).

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de

minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (UNESCO, 1994, p. 17- 18).

Dessa forma, todos devem ser incluídos e a comunidade escolar junto a família, se tornam responsáveis por essa inclusão. Devem buscar parcerias para que o trabalho seja colaborativo, onde a pessoa com deficiência sintam-se acolhida e participativa ao longo de todo o processo, seja ela um surdo, cego, cadeirante, entre outras deficiências.

Mais adiante, foi aprovada a Lei nº 9.394/96, que tem entre outros objetivos a inclusão de crianças no ensino regular. Essa mudança provoca uma transformação no ensino, no sentido de que tais alunos sejam atendidos pela educação especial, “obrigando” as escolas se aperfeiçoarem às necessidades destes, fazendo acontecer a inclusão dos mesmos. Os estabelecimentos de ensino a partir desta lei terão que oferecer educação especial para todas as crianças que necessitem da mesma.

Na concepção de Sasaki (2006):

É fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos.

Sendo assim, pode-se dizer que é dever da sociedade dar oportunidades para todos, principalmente para os acometidos de alguma deficiência dando-lhes acesso a todos os serviços, para que consigam atingir seus objetivos e com isso terem os sonhos concretizados.

Mantoan (2003), em seu conceito sobre inclusão, destaca:

A educação inclusiva acolhe todas as pessoas sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados para todas as minorias e para as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2003).

Nesse sentido, a inclusão deve começar no meio social, escolar e familiar, para depois se expandir nas outras esferas, pois, ocorrendo de maneira correta e eficaz nos pontos mencionados, tudo leva a crer que as conquistas virão com mais facilidade. E a inclusão

pressupõe interação. Se não somos capazes de incluir pessoas com deficiência ou menos favorecidos em nosso meio de convivência, que dirá inclui-las em outros espaços além dos muros que nos separam.

2.2.2 Políticas Públicas de Inclusão

Pode-se dizer que, ao longo da história, as políticas de educação brasileira avançaram bastante. Porém, o ideal seria que essas políticas públicas fossem realmente voltadas para os que dela precisam, haja vista que as pessoas com deficiência não só merecem um tratamento igualitário, como devem ser incluídos de forma respeitosa na sociedade, sem quebra de direitos.

O conceito de políticas educacionais pode ser compreendido de diversas formas. Concordamos com Oliveira (2010) quando afirma:

Políticas educacionais podem ser definidas como programas de ação governamental, informadas por valores e ideias que se dirigem aos públicos escolares e que são implementadas pela administração e os profissionais da educação. Nessa abordagem, a política educacional é sempre estatal e de caráter institucional, portadora de uma intencionalidade. O que exige, então, compreendê-la sempre no âmbito do Estado e sujeita às decisões governamentais (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

No que se refere a aspectos da política educacional, Sposati (2000) exara:

A educação por si só, não é capaz de garantir uma sociedade mais justa e equânime. Ao garantir maior escolaridade em nossa sociedade, não estaremos garantindo, de imediato, a resolução das discrepâncias sociais. Não é à toa que a cartilha neoliberal prega o investimento em educação. Essa filosofia acaba por responsabilizar o indivíduo por sua situação precária, dá a entender que o motivo da pobreza, ou da não-inclusão, é a falta de estudo e não do sistema que, por sua própria natureza, acaba excluindo milhares de trabalhadores (SPOSATI, 2000, p. 30).

Desse modo, pode-se dizer que nem sempre a educação garante a inclusão de pessoas menos assistidas, muito menos uma sociedade onde a justiça, igualdade e equidade prevaleçam, deixando lacunas para que a exclusão de milhares de trabalhadores se torne bem notório na sociedade.

Dando continuidade às conquistas, a Lei nº 5692/71, ao alterar a referida LDB, reafirma o quanto se é necessário um tratamento de forma adequada aos alunos portadores de necessidades especiais.

No ano de 1988, a Constituição Federal, no art. 208, diz ser dever do Estado o atendimento especializado às pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Porém, após a LDB (Lei nº 9394/96) foi que a educação especial ganhou forças e tornou-se objeto de debate em muitos encontros, principalmente no que se refere ao art. 58. Lá consta que a Educação Especial deve ser oferecida, principalmente na rede regular de ensino para os alunos com deficiências.

Nesse mesmo artigo, encontramos a seguinte recomendação: buscar apoio especializado para o atendimento adequado aos alunos com deficiência, em escolas ou serviços especializados, apenas quando não for possível a inclusão em classes regulares.

No ano de 1989, surge a Lei 7.853/89 na área da educação para “pessoas portadoras de deficiência”, dispondo o seguinte excerto:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

O Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei 7.853/89, e também a Lei no 10.098, de 23 de março de 1994, no seu artigo primeiro, assevera o seguinte: “A Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência”.

Para a educação inclusiva, foi de grande importância esse arcabouço legislativo, principalmente no que se refere ao surgimento da inclusão social. Sua origem pode ser atribuída aos movimentos em prol dos direitos humanos, que surgiram nas décadas de 1960 e 1970, em conexão com a declaração de Salamanca na década de 1990.

Já o Plano Nacional de Educação de 2001 refere-se à modalidade de ensino da Educação Especial que promove a Educação Inclusiva para alunos com deficiência no sistema regular de ensino. No entanto, se o atendimento não for possível em função das necessidades

especiais específicas do educando, deve-se realizar o atendimento em classes e escolas especializadas, buscando também melhorar a qualificação dos professores do Ensino Fundamental para atendimento a esses alunos e alargar a oferta de formação/especialização pelas universidades e escolas normais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada em 2015, representa um marco legal importante. Ela constitui o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades, enfatizando a criação de ambientes acessíveis e na oferta de apoio especializado. O estado através dessa legislação busca manter um compromisso em garantir a inclusão e o pleno desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

No plano estadual também há normas. Segundo a Portaria nº 4522, do RN, considera-se estudante público-alvo da Educação Especial aquele que apresenta Necessidades Educacionais Específicas (NEE) em decorrência de:

- - deficiência física, intelectual, múltipla e sensorial (surdez, deficiência auditiva, cegueira, baixa visão, visão monocular, surdocegueira), com impedimentos de curto, médio ou longo prazo
- - Transtorno do Espectro Autista (TEA): com quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, com comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras, dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que afetem a aquisição de competências e habilidades próprias do nível de ensino no qual está inserido.
- - Transtornos Funcionais Específicos (TFE) - Dislexia, Discalculia, Disortografia, Disgrafia, Dislalia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC) IV - Altas Habilidades/ Superdotação são aquelas que apresentam desempenho e/ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isoladas ou combinadas, na criatividade e no engajamento com a tarefa, podendo tais habilidades manifestar-se ao longo da vida:

No mesmo documento, pode-se destacar também, nos artigos 18 e 19, o papel do professor de Educação especial nesse contexto:

Art. 18 O professor de Educação Especial acompanha, orienta e realiza a mediação do processo de ensino-aprendizagem do(s) estudante(s) com Necessidade Educacional Específica, em colaboração com o(s) professor(es) titular(es) da turma e do AEE, para assegurar a aprendizagem e o desenvolvimento do(s) estudante(s). O professor de Educação Especial deverá ser alocado em sala de aula comum de escola da Educação Básica.

Parágrafo único - O professor de que trata o Caput desse artigo deve ser licenciado com nível superior em Pedagogia, com formação específica na área de Educação Especial, com curso de carga horária a partir de 180 horas.

Art. 19 A solicitação do professor de Educação Especial para a turma do(s) estudante(s) com NEE, deverá ser realizada quando a necessidade desse profissional não for contemplada com a mediação do professor de sala de aula comum em articulação com o professor do atendimento educacional especializado.

Dando ênfase à portaria, pode-se dizer que ser professor de alunos com necessidades específicas é um desafio diário, pois nem sempre a escola oferece o que precisa para que a inclusão aconteça, tendo o professor que inventar para dar conta da sua responsabilidade de ensinar e incluir ao mesmo tempo.

O professor precisa nesse processo, saber aumentar a criatividade, comunicação e autonomia dos estudantes, tornando-se através deles o produtor do seu próprio conhecimento. Os professores, acreditam que precisam de formações externas para trabalhar com alunos com deficiência, pois com essas formações ganharão autonomia para atuar na área.

Acerca desse tema, Sassaki (2006) tem sido expoente para a compreensão desse fenômeno. Destaca, por exemplo, que a inclusão demanda uma nova postura tanto para o docente quanto para a escola, ao que dispor que:

“Incluir alunos com deficiência em sala de aula da escola regular implica em refletir sobre as mudanças nos ambientes de aprendizagem e, principalmente, sobre a função e papel do professor no sentido de assegurar que o aluno com dificuldade de aprendizagem faça efetivamente parte desse processo e não seja discriminado em função da sua necessidade educacional” (SASSAKI, 2006).

A seu turno, Mantoan (2006) enfatiza que a inclusão total seria uma oportunidade para reverter a situação da maioria das escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que, na verdade, são do próprio ensino.

Acerca dos serviços de apoio especializado, Mantoan (2006, p. 27) dispõe que precisam atender a alguns pressupostos, a saber:

O atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular, desde a educação infantil até a universidade. A escola comum é o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento entre os alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, bem como a quebra de qualquer ação discriminatória e todo tipo de interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor e afetivo dos alunos em geral. (MANTOAN, 2006 p. 27)

O ideal é que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) seja realizado em horário oposto ao das aulas, em salas de recursos multifuncionais. Esses espaços devem funcionar preferencialmente em escolas comuns. Espera-se que sejam bem equipadas, com computadores, softwares adaptados para uso de pessoas com deficiência e com material didático atualizado. Ocorre que essa não é a realidade observada na maioria das escolas públicas brasileiras. Há escolas que não dispõem de tal estrutura.

As políticas de inclusão ainda não são implementadas de forma efetiva gerando grandes desafios na sua atuação. Os currículos precisam ser flexíveis, professores com formação adequada, acessibilidade e práticas pedagógicas coerentes e inclusivas são questões urgentes, que merecem um olhar mais atencioso. Além disso, vencer barreiras sociais e culturais, como o estigma e a discriminação passa a ser fundamental para uma inclusão escolar verdadeira.

2.3 Resultados/Discussões

2.3.1 Trajetória de um professor de educação especial: Escrevicências sobre a prática na educação e educação especial.

Nessa subseção, opto por uma linha mais narrativa no artigo, retornando para a primeira pessoa. Inspiro-me no conceito de “escrevicência” (SOUSA, 2020), que tem por base a ‘escrevivência’ de Conceição Evaristo. Aqui a escrevicência consiste num registro de experiência subalternizada de uma docente (classe profissional desvalorizada), integrante da rede pública (desprestigiada e sucateada), da modalidade de Educação especial (marginalizada e secundarizada), com condições precárias de trabalho.

Natural de Ôlho D’água do borges(RN), moro desde 1990 em Natal, para dar continuidade aos estudos. Sou filha de Maria de Paiva Nunes, educadora, que completou 100 anos. Uma referência na profissão.

Fiz diversos vestibulares, porém não encontrei êxito e acabei desistindo por um tempo. Depois, percebi a necessidade de se ter um curso superior. Como já dava aulas particulares, buscava uma opção mais acessível e rápida. Resolvi cursar Pedagogia pela UVA - Universidade Estadual do vale do Acaraú /CE por três anos, concluindo em 2009. Logo em seguida, fiz pós-graduação em Gestão Educacional, uma vez que admiro o gerir, seja escola, empresa ou qualquer outra instituição.

Por ter esse título, fui convidada a ser vice-diretora de uma escola na Praia de Maracajaú (RN), interior do estado, exercendo durante um ano essa função. Todos os dias acordava às 5:00h, viajava e voltava no final da tarde. Nessa experiência enriquecedora, já percebia a necessidade de um trabalho direcionado para as diferenças, algo já despertava em mim. Gostava de ouvir e dar atenção a quem buscava e necessitava. Fiquei um ano nessa função. Talvez por eu ser tão acolhedora, não servia para a função a mim delegada e deixei de ocupar a função.

Passei por momentos difíceis: desemprego, entrega de currículos e sempre portas fechadas à frente. Mas nem tudo estava perdido. Em 2013, fui convocada para o seletivo do município de Natal, onde fui professora do ensino fundamental por dois anos. Essa experiência foi bem importante na minha carreira de docente.

Terminando aquele contrato, fiz o concurso para professor do estado do RN na área da educação especial no ano de 2015, sendo efetivada cinco anos depois, pois o concurso tinha sido suspenso. A efetivação ocorreu exatamente uma semana antes da Pandemia. Dessa maneira, trabalhei um ano e meio de forma remota.

Paralelamente, trabalhava na SRM como professor temporário, recebendo alunos com deficiências específicas e déficit de aprendizagem. Aqui tive meu primeiro contato com um aluno surdo, por exemplo. À ocasião, não sabia nada de Libras e isso despertou meu interesse na língua de sinais. Consegui cursar e concluir uma pós-graduação em Libras. Também fiz o curso básico, intermediário e avançado de Libras no CAS (Centro de Referência ao Surdo do RN), porém não aprofundei a prática e hoje não consigo estabelecer comunicação com um surdo.

Recuperando na memória, bem antes de enveredar no mundo do funcionalismo público, trabalhei um ano como professora particular de um aluno autista (suporte 3), alfabetizado. Percebi que precisava de um apoio pedagógico. Foi a partir desse momento que descobri o interesse e a vocação para trabalhar com pessoas com deficiência.

Sempre tive um olhar diferenciado para o social, e tudo que envolvia essa área chamava minha atenção, despertando assim um grande interesse pela área da Educação Especial. Hoje, exercendo a função de Professora de Educação Especial no ensino médio Potiguar, posso dizer que é um grande desafio!

Nos anos de 2022 e 2023, acompanhava uma aluna com Síndrome de Down e perda de visão, não alfabetizada, mas bastante sociável. Com ela, tive que inventar e reinventar, fazer com que a aluna saísse conhecendo no mínimo a 1ª letra do seu nome. Consegui mais: ela saiu fazendo seu nome completo, contando até cinco e conhecendo as formas geométricas. Tudo isso só foi possível porque fiz uso de material em alto relevo. Não foi fácil, mas valeu a pena todo o esforço para que ela fosse incluída dentro e fora da escola, participando sempre de eventos, como exemplo, sua ida ao teatro Alberto Maranhão e a uma

feira das profissões em uma faculdade particular. Encerrando o ano, ela até participou da festa de formatura da Turma.

Em 2024, vive-se outra realidade. Mais uma vez fui chamada para outro seletivo. Hoje, trabalho na mesma escola, nos dois turnos, acompanhando alunos com especificidades diferentes. Numa realidade meio cruel, pois estamos numa reforma na parte estrutural da escola, e os banheiros funcionam na parte externa ao bloco.

Para melhorar meus conhecimentos na área e sonhando com a SRM, decidi fazer uma pós na área de AEE. Consegui esta pela UFERSA. Tudo caminhava perfeitamente, quando sofri um acidente e fiquei com a mão direita imobilizada (quebrei o punho) e me perguntei: *E agora? Como farei as atividades?* No início, foi dito que iria esperar por outra turma, então fiz o seguinte questionamento: serei excluída de uma pós que visa a exclusão? Meio contraditório, não? Posteriormente, ao questionar a tutora, fui informada da possibilidade de fazê-las na forma oral, ou seja, através de áudios. Assim, concluí dois ou três módulos.

No meio desses contratempos, fiz inscrição para o MESTRADO PROFISSIONAL na área da Educação Especial, UFRN, não obtendo êxito, mas, com a certeza que não posso desistir e irei tentar novamente no fim do ano.

Apesar das barreiras, pessoalmente não desisto de uma escola com mais inclusão, onde realmente tenhamos equidade em seu meio. Um espaço que prime por verdadeiramente incluir para não excluir.

2.3.2 A escola e os alunos.

Como já foi dito, o locus da pesquisa é uma escola pública estadual de Natal/RN, que recebe alunos com necessidades específicas. Tal escola é composta em média por mais de 700 alunos, funcionando nos dois turnos matutino e vespertino. Portanto, possui um elevado público. Todavia, apresenta severos problemas infraestruturais (falta de banheiros adaptados, por exemplo).

Durante o ano da pesquisa (2024), há 11 alunos com deficiências diversas na escola. Quando se considera o total de alunos, parece ser algo irrisório. Mas como cada um

tem uma demanda específica, o trabalho acaba se tornando mais complexo. Para fins da investigação, destacamos quatro deles com quem a professora tem atuado:

a) Aluno 1, turno matutino, 16 anos, 2º ano, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), alfabetizado. Tem acompanhamento do professor de Educação Especial por ter laudo, porém não necessita. É um pouco disperso, não participando muito da aula. Na escola, não tem comportamento agressivo. Suas avaliações são ditas “normais”, ou seja, não requer avaliações adaptadas. Apenas necessita de um lugar tranquilo para fazê-las.

b) Aluno 2, turno matutino, 15 anos, 2º ano, TDAH, alfabetizado. Totalmente disperso. Não participa das atividades em sala. Considera-se tímido e isso atrapalha o seu desenvolvimento. Faz provas adaptadas.

c) Aluna 3, turno matutino, 16 anos, 2º ano, alfabetizada. Não tem laudo, porém se sugere Deficiência Intelectual (DI). Tem grande dificuldade de assimilar ideias. Não compreende matemática. É tímida e tranquila, tem boa socialização. Faz avaliações adaptadas.

d) Aluno 4, turno vespertino, 18 anos, 3º ano, DI, alfabetizado. Tem dificuldades com matérias que exige cálculos. Extrovertido, tranquilo, aceita bem a presença da professora. Participa bem das atividades em sala, pouco necessita de intervenção. Todas as avaliações são adaptadas de acordo com suas habilidades, respeitando seus limites.

Para melhorar a visualização dos dados, eis uma tabela:

ALUNO	SEXO	IDADE	ANO	Deficiência	Comportamento	Dificuldade
Aluno 1	M	16	2º	TDAH	Timído	Aprendizagem
Aluno 2	M	15	2º	TDAH	Disperso	Concentração
Aluna 3	F	16	2º	DI sugestivo	Tímida	Aprendizagem
Aluno 4	M	18	3º	DI	Extrovertido	Aprendizagem

Como se nota, essa é uma pequena amostra da complexidade dos perfis de estudantes com necessidades especiais de aprendizagem. Há laudado ou não. Apesar de todos serem alfabetizados, há quem demande pouco ou muito suporte. As atividades adaptadas para alunos TDAH não podem ser as mesmas para alunos DI. Mesmo alunos que compartilham idêntico diagnóstico, possuem especificidades e ritmos distintos.

Há ainda o caso de uma estudante de 16 anos, no turno vespertino, que cursa o 1º ano do ensino fundamental, por isso está fora do escopo desse trabalho. Ela possui DI, não é alfabetizada, apesar de ser bastante assídua e de escrever tudo que os professores escrevem no quadro (copista). Atualmente consegue ler pequenos textos e interpretá-los. Ela é muito meiga. No início, era introvertida, porém aos poucos foi se socializando e atualmente já consegue ficar em pequenos grupos. Gosta de participar das atividades e de avaliações bimestrais. Sublinhamos tal caso apenas para que se exemplifique essa diversidade de ritmos de quem tem idade e diagnóstico similar.

2.3.3 Exemplificando a inclusão

Trabalho nessa escola desde 2019, como professora de AEE. Atendia alunos na sala de recursos multifuncionais, onde fiquei quase o contrato todo. Em 2020, em pleno período pandêmico, fui convocada para ser professora de Educação especial. Passei a acompanhando uma aluna com síndrome de Down, conforme mencionei anteriormente.

Ao longo de 2023, com o arrefecimento pandêmico e a retomada integral de atividades presenciais, sempre busquei incluí-la em atividades extra-classe. Ora levando-a ao teatro, ora à feira das profissões já mencionada. Isso era muito gratificante, pois apesar da sua baixa visão, percebia o quanto ela estava feliz. Para mim, a sua felicidade bastava.

Em 2024, a escola promoveu uma gincana com o tema Etarismo. Dentro dos vários sub-temas, a referida aluna foi escolhida para representar as Memórias Afetivas do Idoso. Desfilando como uma idosa, carregou dentro do baú, as memórias afetivas da minha mãe. Como fantasia, vestiu-se com trajes comumente associados às pessoas mais idosas, usando acessórios de sua avó. Nos cabelos, foram colocados mechas brancas que a deixasse com alguns aspectos da terceira idade, chamando bastante a atenção dos presentes.

A sua participação foi bastante proveitosa, pois, além de trabalhar a inclusão, ela conseguiu vencer um pouco a timidez. Trabalhar inclusão deve começar na sala de aula para ir além dela. O aluno com deficiência tem o direito de fazer parte de todo o contexto escolar. Incluir é isso.

Não é fácil trabalhar a inclusão. Falta quase tudo, temos que inventar e reinventar... Sem falarmos na resistência que enfrentamos por parte dos professores de sala regular em participar dessa inclusão. Deve-se buscar conhecer as deficiências, como fazer para diminuir essa lacuna que ainda existe e é real. É essencial deixar de ver os alunos com

deficiência como “coitadinhos” e fazer acontecer o processo de ensino-aprendizagem junto ao professor de educação especial.

Percebo o quanto é difícil, exaustivo e até adoecedor lutar pela inclusão das pessoas com deficiência, pois faltam escolas com estruturas adequadas, materiais de apoio, profissionais comprometidos e equipe escolar aberta para seu novo público. Precisa-se de um maior engajamento pela sociedade, para que a educação inclusiva aconteça, e que as diferenças sejam realmente respeitadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo foi de grande relevância para o conhecimento das políticas públicas educacionais voltadas para educação especial. Espera-se que através dessas políticas, o aluno com deficiência seja mais valorizado e respeitado dentro da comunidade escolar. Que todos que fazem a educação percebam a importância do acolhimento desses alunos.

A Inclusão de pessoas com deficiência traz grandes desafios para a comunidade escolar, pois as escolas não estão preparadas para receber esse público, desde a parte estrutural até profissionais sem preparo algum. Nesse processo de inclusão, os professores têm um papel fundamental no desenvolvimento da aprendizagem.

O professor regular precisa conhecer esse aluno e buscar parceria com o professor de educação especial, para que caminhem juntos. A formação e a sensibilização poderão melhorar a inclusão das pessoas com deficiência não só na comunidade escolar, mas também na sociedade como um todo. A verdadeira inclusão só acontece quando todos estão envolvidos em busca de acessibilidade, enfrentando barreiras que surjam dentro da sociedade.

Não podemos deixar de enfatizar que os estudantes com deficiência gostam e aceitam o desafio que é estar na escola. Afinal, diante do esforço de cada um, é que se propõe mudar o olhar da sociedade e com isso vermos o crescimento deles em diversas áreas.

A educação especial ainda precisa de um olhar mais atento. Encontramos resistências até por parte de professores regulares. Eles demonstram pouco interesse em participar do processo inclusivo em sala de aula e alegam falta de preparo. Acreditamos que a formação e a sensibilização poderão melhorar a inclusão das pessoas com deficiência não só na comunidade escolar, mas também na sociedade como um todo.

Outro ponto a ser destacado é a falta de recursos materiais para abarcar os diferentes perfis de discentes. Isso torna o trabalho do professor de educação especial bem mais desafiador. Nesse sentido, urge uma sala de recursos multifuncionais que seja bem equipada e acessível. As escolas necessitam estar preparadas pedagogicamente, mas também estruturalmente para receberem esse público. A própria instituição, desde o porteiro até o gestor, deve estar apta a receber discentes com variadas deficiências.

Ainda assim, uma escola para ser inclusiva, e claro acolhedora, não depende apenas dos gestores e educadores. Existem fatores que são indispensáveis para o bom funcionamento e dentre eles as políticas públicas educacionais que vêm expandindo e se tornando protagonistas dessa história. Enfim, todos devem estar engajados nessa luta e garantir que a escola inclusiva realmente aconteça, dando espaço a acessibilidade para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: . Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 de out 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em 03 de nov de 2024.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Políticas Públicas E Educação Especial** 1. Disponível em: https://avaproex.sedis.ufrn.br/pluginfile.php/119999/mod_resource/content/1/Texto%20de%20Leitura%20Obrigat%C3%B3ria.pdf. Acesso em : 22 out 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SOUSA, Bruno Alves de. **O Ensino Semipresencial de Sociologia na Educação de Jovens e Adultos no Ceará:** reflexões práticas a partir do ponto de vista do docente. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências Humanas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Caucaia-CE, 2020.

UNESCO. **Declaração De Salamanca.** Princípio, política e prática em educação especial. 1994. Disponível em:
[http://www.pnl2027.gov.pt/np4Admin/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](http://www.pnl2027.gov.pt/np4Admin/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 17 de out 2024.